
BNB

▼

Analista Bancário 1



SL-122ST-26
7901183008964

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	10
3. Domínio da ortografia oficial	15
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	19
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	22
6. Emprego de tempos e modos verbais	23
7. Domínio da estrutura morfosintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	25
8. Emprego das classes de palavras	28
9. Emprego dos sinais de pontuação	38
10. Concordância verbal e nominal	40
11. Regência verbal e nominal.....	44
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	48
13. Colocação dos pronomes átonos	50
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	51
15. Significação das palavras.....	53
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto	56

Matemática/Raciocínio Lógico e Quantitativo

1. Números reais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, radiciação e potenciação); Expressões numéricas; Múltiplos e divisores; Máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; Problemas.....	67
2. Proporcionalidade: razões e proporções; Divisão em partes diretamente e inversamente proporcionais; Médias aritmética, geométrica e ponderada; Regras de três simples e composta; Porcentagem; Problemas	81
3. Funções, equações e inequações de 1º e de 2º grau, exponenciais e logarítmicas: conceito, representação gráfica, problemas	85
4. Sistemas lineares	100
5. Análise combinatória e probabilidade: princípios fundamentais de contagem, arranjos, permutações, combinações, binômio de newton, cálculo de probabilidades.....	102
6. Matemática financeira: juros simples e compostos: capitalização e descontos	106
7. Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, proporcionais, real e aparente	112
8. Planos ou sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos.....	114
9. Cálculo financeiro: custo real efetivo de operações de financiamento, empréstimo e investimento	117
10. Taxas de retorno	118

Conhecimentos Bancários

1. Sistema Financeiro Nacional	125
2. Instituições do Sistema Financeiro Nacional - tipos, finalidades e atuação.....	129
3. Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional - funções e atividades.....	132

ÍNDICE

4. Instituições Financeiras Oficiais Federais - papel e atuação	140
5. Operações de Crédito Bancário. Cadastro de pessoas físicas. Cadastro de pessoas jurídicas. Tipos e constituição das pessoas. Composição societária/acionária. Forma de tributação. Mandatos e procurações	143
6. Fundamentos do crédito. Conceito de crédito. Elementos do crédito. Requisitos do crédito.....	146
7. Riscos da atividade bancária. De crédito. De mercado. Operacional. Sistêmico. De liquidez.....	149
8. Principais variáveis relacionadas ao risco de crédito. Clientes. Operação. Tipos de operações de crédito bancário (empréstimos, descontos, financiamentos e adiantamentos).....	152
9. Operações de Crédito Geral. Crédito pessoal e Crédito Direto ao Consumidor. Desconto de duplicatas, notas promissórias e cheques pré-datados. Contas garantidas. Capital de giro. Cartão de crédito. Microcrédito urbano	155
10. Operações de Crédito Especializado. Crédito Rural. Conceito, beneficiários, preceitos e funções básicas; Finalidades: operações de investimento, custeio e comercialização	158
11. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): base legal, finalidades, beneficiários, destinação, condições.....	160
12. Crédito industrial, agroindustrial, para o comércio e para a prestação de serviços: conceito, finalidades (investimento fixo e capital de giro associado), beneficiários. Recursos utilizados na contratação de financiamentos.....	163
13. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): base legal, finalidades, regras, administração. BNDES/FINAME: base legal, finalidade, regras, forma de atuação. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT): base legal, finalidades, regras, forma de atuação	166
14. Microfinanças: base legal, finalidade, forma de atuação.....	172
15. Serviços bancários e financeiros. Conta corrente: abertura, manutenção, encerramento, pagamento, devolução de cheques e cadastro de emitentes de cheques sem fundos (CCF). Depósitos à vista. Depósitos a prazo (CDB e RDB). Fundos de Investimentos. Caderneta de poupança. Títulos de capitalização. Planos de aposentadoria e de previdência privados. Seguros. Convênios de arrecadação/pagamentos (concessionárias de serviços públicos, tributos, INSS e folha de pagamento de clientes). Serviço de Compensação de Cheque e Outros Papéis. Cobrança. Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). Correspondentes bancários. Arranjos de pagamentos.....	175
16. Depósitos à vista. Depósitos a prazo (CDB e RDB). Fundos de Investimentos. Caderneta de poupança. Títulos de capitalização. Planos de aposentadoria e de previdência privados. Seguros.	181
17. Aspectos jurídicos. Noções de direito aplicadas às operações de crédito. Sujeito e Objeto do Direito. Fato e ato jurídico. Contratos: conceito de contrato, requisitos dos contratos, classificação dos contratos; contratos nominados, contratos de compra e venda, empréstimo, sociedade, fiança, contratos formais e informais. Instrumentos de formalização das operações de crédito. Contratos por instrumento público e particular. Cédulas e notas de crédito. Garantias. Títulos de Crédito - nota promissória, duplicata, cheque.....	184
18. Fidejussórias: fiança e aval; Reais: hipoteca e penhor; Alienação fiduciária de bens móveis.....	189
19. O Banco do Nordeste do Brasil S.A.: legislação básica, programas e informações gerais de sua atuação como agente impulsionador do desenvolvimento sustentável da região nordeste	193
20. Ética aplicada: ética, moral, valores e virtudes. noções de ética empresarial e profissional. A gestão da ética nas empresas públicas e privadas.....	198
21. Código de Conduta Ética e Integridade do Banco do Nordeste do Brasil	202
22. Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Nordeste do Brasil.....	215
23. Estratégia ASG (Ambiental, Social e Governança): Estratégia de sustentabilidade do Banco do Nordeste do Brasil	217
24. Atualidades do mercado financeiro	220
25. Os bancos na Era Digital: Atualidade, tendências e desafios. Internet banking. Mobile banking.....	225
26. Open banking.....	229
27. Novos modelos de negócios	233
28. Fintechs, startups e big techs.....	236
29. Sistema de bancos sombra (Shadow banking).....	240
30. Funções da moeda	244
31. O dinheiro na era digital: blockchain, bitcoin e demais criptomoedas	249

ÍNDICE

32. Marketplace	253
33. Sistema de pagamentos instantâneos (PIX).	254
34. Segmentação e interações digitais.....	257
35. Transformação digital no Sistema Financeiro	261
36. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas alterações	264
37. Legislação anticorrupção: Lei nº 12.846/2013.....	278
38. Decreto nº 11.129 de 11/07/2022.....	281
39. Segurança cibernética: Resolução CMN nº 4.893, de 26/02/2021	291

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO E QUANTITATIVO

NÚMEROS REAIS: OPERAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, RADICIAÇÃO E POTENCIAÇÃO); EXPRESSÕES NUMÉRICAS; MÚLTIPLOS E DIVISORES; MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM; PROBLEMAS

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ($\mathbb{N}$). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ($\mathbb{Z}$). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ($\mathbb{Q}$), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ($\mathbb{R}$), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ($\mathbb{C}$) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

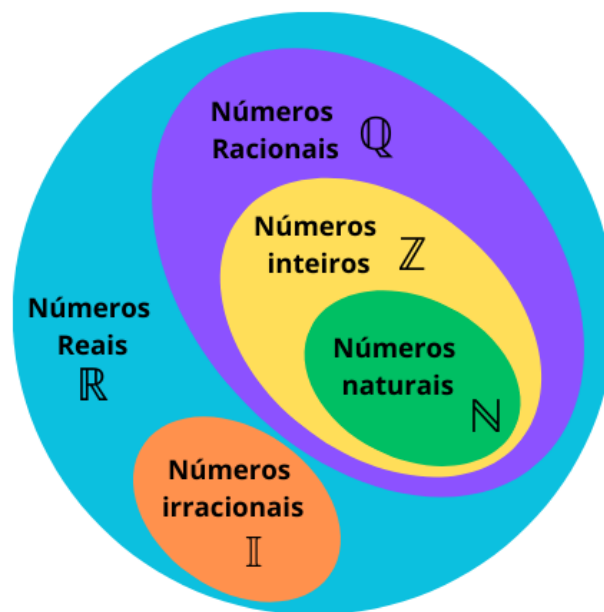
A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

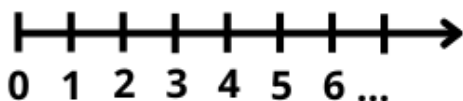
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o minuendo, 193 é o subtraendo e 7 é a diferença.

▫ **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

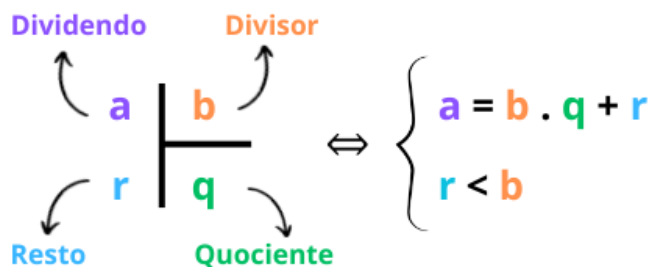
Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a , b e c em N

- 1) **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- 3) **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- 4) **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- 7) **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução: **Resposta: D.**

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):
 $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.

CONHECIMENTOS BANCÁRIOS

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

FUNÇÃO ECONÔMICA E FUNDAMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO

O Sistema Financeiro Nacional reúne entidades e instituições responsáveis por organizar intermediação financeira, circulação de recursos e diversos mercados de moeda, crédito, capitais, câmbio, seguros e previdência. Sua função econômica central é conectar agentes com recursos disponíveis a agentes que necessitam de financiamento, além de permitir pagamentos, gestão de riscos e investimento. Como falhas nesse sistema podem se propagar rapidamente, a atividade recebe disciplina jurídica intensa voltada à estabilidade, eficiência e confiança.

► Intermediação financeira e circulação de recursos

Intermediação ocorre quando instituição capta recursos de poupadores e os direciona a tomadores, assumindo funções de seleção, transformação de prazos, gestão de liquidez e risco. Bancos são exemplo evidente, mas o sistema é mais amplo. Mercado de capitais permite financiamento direto por valores mobiliários; instituições de pagamento viabilizam transferências e serviços; seguradoras administram riscos mediante regime próprio.

O desenho institucional também responde à assimetria temporal entre captação e aplicação. Recursos recebidos com possibilidade de resgate em prazo curto podem financiar operações de prazo mais longo, o que exige reservas de liquidez e gestão cuidadosa do descasamento. Além disso, o sistema produz informações para avaliar risco de crédito, precificar ativos e direcionar poupança para usos produtivos. Quando esse processo funciona adequadamente, decisões dispersas de milhões de agentes são convertidas em fluxos de financiamento, investimento e pagamento. A disciplina jurídica incide justamente porque essas funções privadas possuem efeitos coletivos relevantes e podem transmitir perdas entre instituições e mercados.

Conexão entre poupadores e tomadores

Imagine famílias que mantêm depósitos e aplicações enquanto uma empresa deseja financiar nova fábrica. Um banco pode transformar parte dos recursos captados em crédito, avaliando risco e prazo. A empresa também pode emitir valores mobiliários no mercado de capitais, aproximando-se diretamente de investidores. As duas formas atendem à necessidade de financiamento, mas são supervisionadas por estruturas distintas.

A circulação financeira depende de confiança. Se depositantes acreditam que instituições não honrarão obrigações, retiradas simultâneas podem gerar crise de liquidez. Se informações sobre emissores forem inadequadas, investidores podem precificar riscos de forma errada. A regulação procura reduzir essas fragilidades sem eliminar o risco econômico inerente às decisões financeiras.

► Estabilidade, eficiência e interesse público

A estabilidade financeira significa capacidade de o sistema desempenhar funções essenciais mesmo diante de choques. Eficiência envolve alocação de recursos, competição, inovação e custos adequados. Esses objetivos podem exigir equilíbrio: regra prudencial aumenta segurança, mas pode elevar custo de operação; inovação amplia acesso, mas cria riscos tecnológicos e de conduta.

O interesse público decorre do efeito sistêmico. Falha de uma instituição relevante pode atingir pagamentos, crédito e confiança além de seus clientes diretos. Por isso, autorização, supervisão prudencial, requisitos de capital, liquidez e governança são instrumentos comuns. O objetivo não é garantir lucro nem impedir toda insolvência, mas reduzir probabilidade e impacto de crises incompatíveis com funcionamento ordenado do sistema.

Confiança, liquidez e transformação de riscos

A estabilidade depende de a promessa financeira ser compatível com a capacidade de cumprimento. Instituições transformam características dos recursos que recebem: podem reunir muitos depósitos de pequeno valor, conceder financiamentos de prazo superior e diversificar exposições entre tomadores. Essa transformação cria utilidade econômica, mas produz vulnerabilidades. Um choque que provoque saques concentrados pode pressionar caixa mesmo quando a carteira de ativos conserva valor no horizonte mais longo.

A confiança, portanto, não é apenas percepção subjetiva. Ela se apoia em governança, controles, transparência, regras prudenciais, mecanismos de liquidação e capacidade de supervisão. Também depende de diferenciação adequada entre risco assumido voluntariamente pelo investidor e falha institucional que compromete o funcionamento do mercado. O ordenamento procura reduzir incentivos a condutas excessivamente arriscadas sem prometer ausência de perdas. Esse equilíbrio preserva disciplina econômica: administradores e investidores continuam responsáveis por decisões, enquanto o Estado estabelece limites para que a busca privada por retorno não produza externalidades sistêmicas desproporcionais.

ARQUITETURA NORMATIVA, SUPERVISORA E OPERACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional é organizado por agentes normativos, supervisores e operadores. Órgãos normativos definem diretrizes gerais; entidades supervisoras fiscalizam cumprimento e editam regras dentro de suas competências; operadores prestam serviços aos usuários e realizam intermediação. Essa arquitetura distribui funções para evitar que formulação de política, fiscalização e atividade comercial sejam confundidas.

► **Órgãos normativos e entidades supervisoras**

No campo de moeda, crédito, capitais e câmbio, o Conselho Monetário Nacional ocupa posição normativa superior. O Banco Central executa política monetária dentro do arranjo legal, supervisiona instituições sob sua competência e regula matérias que lhe são atribuídas. A Comissão de Valores Mobiliários supervisiona o mercado de valores mobiliários. Em seguros privados, o Conselho Nacional de Seguros Privados exerce função normativa e a Superintendência de Seguros Privados atua como supervisora. Na previdência complementar fechada, o Conselho Nacional de Previdência Complementar exerce função normativa e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar supervisiona as entidades correspondentes.

A divisão de tarefas também melhora a responsabilização institucional. Normas gerais orientam o funcionamento de determinado segmento, enquanto a supervisão acompanha dados concretos, inspeções, autorizações e cumprimento de deveres. O operador, por sua vez, assume risco empresarial e responde pela prestação do serviço. Se uma cooperativa de crédito apresenta fragilidade patrimonial, por exemplo, a solução não nasce de uma decisão comercial do órgão normativo; exige atuação do supervisor no caso concreto, conforme as competências vigentes. A diferença entre formular diretrizes e aplicar controles individuais impede que a arquitetura do sistema seja reduzida a uma única autoridade onipotente.

Separação funcional e especialização

Uma instituição pode participar de conglomerado com atividades sujeitas a mais de um supervisor. A especialização exige coordenação e troca de informações para que riscos não sejam analisados isoladamente. Ao mesmo tempo, cada autoridade deve respeitar seu campo legal. Banco Central não substitui a CVM na supervisão geral do mercado de valores mobiliários, e a CVM não assume funções de política monetária.

► **Instituições operadoras e segmentação do sistema**

Operadores incluem bancos, cooperativas de crédito, corretoras, distribuidoras, instituições de pagamento, entidades de mercado e outras organizações autorizadas ou reguladas conforme a atividade. A classificação depende da licença e do serviço, não apenas do nome comercial. Uma mesma marca pode integrar grupo com pessoas jurídicas diferentes, cada qual responsável por operações específicas.

A tabela apresenta a arquitetura por segmentos.

Segmento do SFN	Órgão normativo	Supervisor principal	Operadores característicos
Moeda e crédito	Conselho Monetário Nacional	Banco Central	Bancos, cooperativas de crédito e outras instituições autorizadas
Mercado de capitais	Conselho Monetário Nacional em matérias gerais e competências legais próprias do setor	Comissão de Valores Mobiliários	Corretoras, distribuidoras, administradores e emissores conforme regime
Seguros privados	Conselho Nacional de Seguros Privados	Superintendência de Seguros Privados	Seguradoras e entidades sujeitas ao regime
Previdência complementar fechada	Conselho Nacional de Previdência Complementar	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	Entidades fechadas de previdência complementar

A tabela simplifica uma estrutura que possui interseções e regimes especiais. Ela serve para identificar a lógica de normatização, supervisão e operação, não para substituir a legislação específica de cada entidade.

A segmentação ainda facilita identificar a origem de uma regra. Uma exigência prudencial dirigida a bancos decorre de competência diferente daquela usada para disciplinar oferta pública de valores mobiliários ou solvência de seguradoras. Essa rastreabilidade importa para validade das decisões e para a conformidade dos operadores. Grupos econômicos diversificados precisam mapear cada atividade à autoridade correspondente, evitando tratar supervisão consolidada como se eliminasse obrigações específicas de cada pessoa jurídica ou mercado.